

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E SUAS AGENDAS DE PESQUISA: ENTRE A DIMENSÃO CONCEITUAL E O SENTIDO PRÁTICO

Monica Hirst

Olho: O momento internacional inspira desafios para o Brasil em sua inserção internacional, estimulando novas reflexões e necessidade de produção de conhecimento. A proposta é de que estas veredas conduzam a um projeto de interesses comuns e iniciativas coordenadas entre o Estado e a academia, com vistas ao fortalecimento da comunidade epistêmica da PEB

Este documento tem como propósito contribuir para o fortalecimento da comunidade epistêmica da política externa brasileira (PEB)¹. Será feito um mapeamento que indique universos temáticos a serem reforçados e/ou desbravados para aprimorar a articulação entre a produção de conhecimento e a execução de políticas que lidam com a inserção internacional do país. Tratar-se-á de núcleos temáticos de política externa cujas ações são executadas por agências de governo com a participação ou incidência de atores e organizações não governamentais. O propósito será de estreitar a colaboração e o diálogo entre ambos os universos, para amplificar a capacidade de agência e a voz do país em política externa. De forma alguma pretende-se sugerir que no Brasil inexistente tal comunidade epistêmica, mas sim que esta mesma pode ser robustecida e adequada a novas circunstâncias mundiais².

Abertura

A política externa brasileira deve enfrentar o desafio de proporcionar uma nova envergadura à presença internacional do país em consonância com o projeto de governo em curso. Duas prioridades combinam-se: primeiro, apagar e superar os danos infringidos sobre a PEB nos anos recentes; segundo, proporcionar ferramentas que melhor capacitem o país frente à transição da ordem internacional.

Neste artigo, a política externa é abordada tanto como política de Estado como política pública. Enquanto, no primeiro caso, trata-se de um instrumento perene e essencial para assegurar a integridade territorial e os interesses permanentes e os recursos estratégicos da nação, no segundo, considera-se a dimensão cotidiana de articulação com a pluralidade

de atores, interesses e instituições domésticas que incidem no relacionamento do país no sistema mundial. É neste âmbito que se configura o elo entre política externa e democracia. Em termos substantivos, este artigo considera o fortalecimento da comunidade epistêmica da PEB uma necessidade para solidificar os três pilares de atuação externa: a atuação na governança mundial; o relacionamento com o Sul Global e a vinculação com América Latina. Estes são campos de atuação e interação que deverão ser acompanhados de produção de conhecimento e reflexão crítica que aprimorem capacidades de gestão de políticas e estimulem a difusão de informações para uma opinião pública qualificada no país. A partir do prisma institucional, a proposta almeja enriquecer o instrumental de trabalho do IPRI/FUNAG em seu diálogo com a academia e com os atores e organizações da sociedade envolvidos nas relações externas do Brasil. Para atender a estes objetivos, foi concebida uma agenda de pesquisa que espelhasse o relacionamento internacional do Brasil. Na primeira seção, são tratados a dimensão conceitual, o contexto mundial e o diálogo academia-diplomacia, sublinhando-se o sentido de oportunidade para o fortalecimento de uma comunidade epistêmica da PEB. Em seguida, são resumidos os contextos que dão atualmente enquadramento à PEB: as parcerias de sentido estratégico, a Governança Global, o Sul Global e a América Latina e o Regionalismo. Por fim, o artigo aterriza no território das especializações diplomáticas, o que proporciona um sentido aplicado aos conteúdos contextuais abordados previamente.

1. A dimensão conceitual, o contexto mundial e o diálogo academia-diplomacia da PEB

A política externa brasileira obedece a premissas normativas essenciais: a busca da autonomia e do desenvolvimento; o compromisso com a paz mundial e a valorização do caminho da negociação e solução de controvérsias na convivência entre os membros da comunidade internacional. Tais premissas estão calçadas sobre um tripé identitário: o pertencimento ao Sul Global; a inserção regional latino-americana e caribenha e a condição histórico/cultural ocidental desde a formação da nacionalidade brasileira.

Neste mapeamento, são tomados em conta os desafios e tensões impostos pelas atuais mudanças na distribuição global do poder: os embates entre o grupo de países que

integram o Norte global, sob o comando dos Estados Unidos, e aqueles que contestam o já desgastado sistema de valores ocidentais, com destaque ao papel da China e da Rússia. Como se ajustam os princípios permanentes da PEB à conjuntura de transformação sistêmica e qual a incidência que se produz para a inserção externa do Brasil? Observa-se uma repetição de padrões de inserção determinados por assimetrias estruturais ou revelam-se novas tensões associadas aos embates entre os polos de poder que disputam primazia? A definição de uma percepção própria da PEB sobre este cenário será possível a partir de compreensões consensuais sobre o lugar a ser ocupado pelo Brasil e a projeção de seus interesses na transição mundial. O contexto democrático constitui um estímulo para a diversidade de visões de futuro e aspirações que vinculam as dimensões domésticas e internacionais da PEB.

No Brasil, pensar o internacional não significou necessariamente pensar a PEB. Por várias décadas, este pensar foi uma prerrogativa do Ministério de Relações Exteriores, a agência governamental responsável pelos assuntos internacionais do Estado brasileiro. Manter o ofício como uma responsabilidade exclusivamente atribuída a um corpo profissional capacitado para executar esta tarefa postergou o diálogo entre a academia e a diplomacia. Como consequência, por diversas décadas, a reflexão conceitual e a observação crítica sobre as transformações mundiais estiveram, em grande parte, dissociadas do dia a dia das opções de inserção externa praticadas pela diplomacia. Ao mesmo tempo, a liderança assumida por um panteão de pensadores-diplomatas acerca da atuação internacional do Brasil germinou um espaço de reflexão intelectual, controvérsia política e visão de futuro dentro do próprio MRE, o que, por sua vez, projetou-se na narrativa da PEB.³

O diálogo entre os âmbitos acadêmico e diplomático ganhou novo dinamismo a partir da consolidação do campo de Relações Internacionais (RI) no Brasil como campo de produção de conhecimento e formação superior.⁴ A partir das décadas de 80 e 90 do século passado, esta tendência manifestou-se em consonância com o processo democrático brasileiro, num cenário de relevantes mutações do sistema político e econômico mundial. Deve-se, entretanto, diferenciar o maior interesse pelos temas internacionais daqueles especificamente voltados para o estudo da política externa, em particular de suas prioridades e opções estratégicas. Gradualmente, o interesse demonstrado pela comunidade acadêmica brasileira ganhou voo na esteira dos debates políticos sobre

projetos de país e o vínculo entre suas dimensões doméstica e internacional. Como o tempo, um menor insulamento intelectual do MRE somou-se ao que alguns autores chamaram “a quebra do monopólio do Itamaraty” na agenda externa do país e à academização dos enfoques adotados nos círculos diplomáticos. Não obstante, nos anos recentes, as diferenças políticas alimentadas pela contraposição entre projetos partidários e opções de linhas de ação governamental foram motivo de desencontros que prejudicaram o diálogo governo-academia em PEB.

As mutações no sistema internacional, acompanhadas por uma voz política mais audível do grupo de poderes emergentes como o Brasil, abrem novos caminhos para PEB e para sua comunidade epistêmica. Este constitui um momento especialmente propício para a concepção de novos instrumentos de interação e diálogo entre Governo e academia para definir aspirações e aprimorar a compreensão do lugar do país cenário internacional. Faz-se necessário, também, desenhar dinâmicas que ampliem o sentido de responsabilidade no meio acadêmico em seu engajamento com a PEB, de maneira a fortalecer seu compromisso com o debate público junto à sociedade. Este momento constitui a hora e a vez para a concepção de propostas que envolvam níveis diferenciados de institucionalização e coordenação de uma comunidade epistêmica de PEB, com sentido socialmente diverso e inclusivo, articulados com agendas específicas de projeção internacional⁵.

2. Parcerias com sentido estratégico: Estados Unidos, China, Índia, União Europeia e Argentina

Uma agenda de pesquisa da PEB deve diferenciar os pesos e medidas dos vínculos externos do Brasil. São definidos aqui dois níveis de parcerias externas com sentido estratégico, determinados pela incidência geopolítica global e o lugar que ocupam na inserção internacional do Brasil. As parcerias de primeiro nível remetem às potências mundiais – Estados Unidos e China – que se destacam no cenário mundial devido a seus atributos de poder e capacidade de influência nos campos político, militar e econômico. Ambos compartilham responsabilidades e interesses na estrutura assimétrica de distribuição do poder internacional. As duas potências são parceiros de primeira grandeza para o Brasil. Já

as vinculações de segundo nível dizem respeito a laços cujo valor estratégico para o país se definem a partir de funcionalidades essenciais específicas: a importância de sua atuação no Sul global, com a Índia; a capacidade de incidência na geopolítica mundial como a Rússia; o lugar que ocupa na economia mundial, como a União Europeia; o lugar do vínculo no contexto regional sul-americano, como a Argentina.

Um dos desafios da política externa do governo é o de equacionar os laços do país com os principais polos de poder internacional, Estados Unidos e China. A incidência do contexto de tensões e acirramento de rivalidades geopolíticas mundiais tem forçado uma lógica de contraposição entre os dois relacionamentos que contamina a identificação dos interesses próprios e que se deixa contaminar por pressões e coerções de Washington ou Beijing. Este constitui atualmente um cardápio de pesquisa que tanto poderá estar orientado ao entendimento do marco contextual dominante, como de aspectos compartimentados desta realidade⁶. Enquanto no primeiro caso é contemplada o lugar do bilateralismo em consonância com a discussão sobre a grande estratégia da política externa brasileira, no segundo se aponta aos temas específicos que nutrem o cotidiano do relacionamento do Brasil com uma e outra potência⁷. A primeira opção outorga maior peso ao contexto internacional e aos lugares ocupados pelos dois países nos processos que movem a transição da ordem mundial (atuação nos conflitos mundiais, nas transformações do sistema de governança econômico, na estrutura de poder e suas assimetrias, na relação com o sul Global). Neste caso, deve-se ter em conta as grandes perguntas da atualidade com incidência sobre a PEB: estamos ingressando numa nova Guerra Fria? É irrefreável a crise do internacionalismo liberal? A ordem internacional estará determinada por um equilíbrio entre polos de poder? Que modelo de bilateralismo com os Estados Unidos e a China deve ser buscado pelo Brasil numa ordem internacional pós ocidental?

Já a segunda abordagem se debruça sobre as dinâmicas internas envolvendo atores e interesses que influenciam os diferentes campos de relacionamento (comércio, investimento, cooperação militar, transferência tecnológica, cultural educação, diplomacia multilateral, política regional, entre tantas) com os Estados Unidos e a China. A despeito das afinidades culturais, dos canais linguísticos, da proximidade geográfica e das trajetórias já percorridas em muitas décadas, o sentido de oportunidade, estimulado pela diversidade e versatilidade de possibilidades, tem pesado mais a favor de contrapartes chinesas do que

americanas. Atualmente o Brasil mostra uma nova dependência da China ao mesmo tempo que preserva laços relevantes no diálogo político, nas áreas comercial e de investimento com a economia americana e no setor de defesa e segurança com Washington. A fluidez diplomática com ambas as potências é crucial para a articulação do governo brasileiro com o tabuleiro da alta política internacional. O valor estratégico desta sobreposição constitui um tema essencial nos estudos de RI no Brasil com importante projeção nos estudos da PEB.

Os Estados Unidos ocupam historicamente um lugar central na inserção brasileira no mundo contemporâneo, com diferentes momentos de aproximação ou retração, em função do projeto de governo a refletir-se na PEB. Trata-se de uma parceria abrangente e incidente nos âmbitos globais e regionais das relações internacionais do país, que inclusive envolveu etapas de alinhamento ideológico estimulados por contextos políticos domésticos. Já a China corresponde ao principal vínculo econômico externo do Brasil, transformando-se no seu maior sócio comercial a partir de 2009 e um potente investidor industrial no país. Beijing representa também uma contraparte relevante em projetos de cooperação econômica, tecnológica, científica, educacional e ambiental. O bilateralismo com a China se dá em termos nacionais e subnacionais, em vista magnetismo que Estados e cidades entre os dois lados vem revelando nos últimos anos. Deve-se ter em conta também o empenho de Beijing de ampliar pontos de sintonia política com o Brasil nos âmbitos da governança global, especialmente no sistema ONU somados aos do G20 e do BRICS. Tanto o relacionamento com os Estados Unidos como a China correspondem a campos de reflexão e análise a despertar interesse constante por parte da academia e do pensamento diplomático brasileiro. Caberia, entretanto, fomentar a atenção sobre o impacto das tensões e colisões entre a projeção de ambas potências para os interesses estratégicos país.

As parcerias estratégicas consideradas de segunda linha correspondem a bilateralismos que variam quanto a sua maturação nas agendas diplomáticas da PEB – e no elenco de pesquisas de RI. De um lado, estão os relacionamentos com a União Europeia e a Argentina com larga presença na agenda externa brasileira. De outro, os vínculos com a Índia e a Rússia pós-soviética, que correspondem a espaços de maior dispersão bilateral a envolver temáticas ainda merecedoras de conhecimento mais rigoroso. Além da dimensão bilateral, nestes

quatro vínculos se considera oportuno buscar caminhos de observação acadêmica de natureza comparativa nos laços que reproduzem dinâmicas horizontais, o que é de extrema relevância para a construção de alianças que amplifiquem a voz política do Sul Global . Uma infinidade de temas de política externa pode ser explorada nos contrastes entre políticas externas do Brasil e as da Índia e da Argentina.

O último aspecto a ser sublinhado diz respeito às intersecções entre as parcerias estratégicas para a PEB: quando e como se cruzam estes relacionamentos – visível ou veladamente. Esta é uma linha de indagação com efeito multiplicador, que proporciona novas possibilidades de reflexão e introduz a noção de triangulações: seja no caso das relações com a China e com a Rússia, dentro e fora do espaço BRICS; com os Estados Unidos e a União Europeia; com a China e a Índia no âmbito do Sul Global; e, finalmente, com a Argentina e os Estados Unidos e/ou China, no espaço regional Sul Americano.

3. Governança Global

Observa-se uma ressignificação estratégica do multilateralismo para a PEB. A urgência do aperfeiçoamento institucional da governança global corresponde a uma bandeira central para o Brasil, o que implica diálogo e a identificação de interesses comuns e parceiros afins tanto no Sul regional e global, como no Norte. Este é um campo de observação que extrapola o Sistema das Nações Unidas; sua expansão indica uma nova intersecção entre versatilidades temáticas de agendas globais e os interesses do país. O conhecimento crítico das instituições multilaterais evoca os dois universos da governança global; o da paz e segurança, como o foco posto no funcionamento do Conselho de Segurança, e o da arquitetura financeira internacional, com a atenção dirigida ao Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

A PEB destaca a importância do desenvolvimento sustentável em lugar do uso desmedido dos espaços multilaterais com fins geopolíticos. Sua insistência sobre a urgência de atenção aos países pobres do Sul, gravemente endividados, recorre a uma resposta de sentido ético por parte das nações mais ricas. O conteúdo propositivo da diplomacia brasileira está

ancorado nos trunfos de seu papel no espaço da governança ambiental e a articulação simultânea que sugere entre governos, o setor privado e a agenda social global, com menção à agenda das ODS.

O triênio 2023-25 da governança global é de especial relevância para a PEB e o fortalecimento de sua comunidade epistêmica⁸. São múltiplos e variados os estímulos para intensificar o diálogo entre governo, empresários, meio acadêmico e ativistas que amplifica simultaneamente o poder de agenda e capacidade de agência para o Brasil, proporcionando-lhes a realização de encontros com grande projeção internacional⁹. Afora o envolvimento da academia no fornecimento de subsídios para a definição das posições brasileiras em cada fórum, será importante elevar sua capacidade de observação crítica para monitorar os desdobramentos das ações multilaterais do país.¹⁰

4. O Sul Global

O novo impulso e pulso político do Sul Global na política mundial representa para a pesquisa da PEB uma oportunidade inigualável para avançar no campo de estudos comparados. O sentido estratégico adquirido pelo relacionamento do Brasil com pares do mundo em desenvolvimento adquire um sentido de necessidade para grandes incursões no conhecimento do “outro”. Tal direcionamento ganha relevância e mesmo urgência, seja para a expansão de vínculos, a coordenação de posições nos foros multilaterais, a identificação de sinergia no relacionamento com os polos de poder ou o desenho de programas e ações de cooperação horizontal. Tomar em consideração agrupamentos Sul-Sul nas quais o Brasil participa, sejam espaços de coordenação e diálogo ou de agendas específicas, poderá propiciar um sentido aplicado a ser valorizado no curto e médio prazo pelos operadores da PEB. Um exemplo com potencial multiplicador constitui a identificação de áreas temáticas de política externa comparáveis entre o Brasil e seus parceiros do BRICS, fundadores ou recentemente incorporados. Avanços nesta direção obrigam o conhecimento dos marcos institucionais, atores e interesses, das tradições diplomáticas e das prioridades programáticas destes parceiros. Outro exemplo, já de caráter específico, seria a comparação entre as agendas de diplomacia ambiental do Brasil, da Indonésia e da

República Africana do Congo, motivada pela negociação concluída entre os três países da “Declaração da Floresta”. Cita-se também o aprofundamento de pesquisas sobre políticas energéticas externas, a necessidade compreensão dos posicionamentos individuais e coletivos das nações exportadoras de recursos não renováveis, com menção aos membros da OPEP.

Os novos integrantes do BRICS são atores com peso e relevância estratégica em tabuleiros geopolíticos regionais comparáveis ao lugar do Brasil na América do Sul. Pesquisas que explorem os contrastes e semelhanças entre agendas regionais e sub-regionais do Sul poderão contribuir para gerar conhecimentos úteis para fomentar o diálogo inter-regional no Sul Global.

5. A América Latina e o Regionalismo

A expansão do campo de estudos de RI no Brasil sempre implicou um foco sobre a agenda regional, com especial atenção aos vínculos do Brasil com o Cone Sul. Nas últimas duas décadas, foram notáveis os avanços no conhecimento do “outro” Sul-Americano, estimulado pela circunstância geográfica de oito vizinhos soberanos (e um território colonial) ou pela responsabilidade política e econômica do Brasil na configuração do regionalismo latino-americano¹¹. Não obstante, ainda existe um largo caminho a ser percorrido. Esta constitui uma problemática especialmente valiosa de troca e colaboração entre os âmbitos acadêmico e diplomático. A questão da identidade latino-americana do Brasil e de seu lugar como um líder junto a seus vizinhos constitui ainda um capítulo aberto de reflexão entre historiadores e internacionalistas no país e na região.¹²

A formulação de uma PEB adequada às controvérsias sobre a importância do regionalismo no atual cenário global poderá enriquecer-se à medida que se engaje numa avaliação crítica dos desafios e percalços enfrentados na América Latina, e especialmente na América do Sul, para manter ativo um projeto de construção coletiva. É irrefutável em ambos os contextos a fadiga infundida pela frustração dos empenhos de levar adiante esforços de integração regional, muitas vezes concebido como uma réplica empobrecida da experiência comunitária europeia. Adequado para um contexto regional metropolitano, o paradigma

européu contribuiu para acentuar uma visão crítica na literatura latino-americana, e brasileira, em particular, sobre a integração regional. Ao mesmo tempo, o lugar do desenvolvimento na PEB esteve associado com um modelo de desenvolvimento nacional de escassa articulação com um projeto de cadeias de valor regional.

De fato, o lugar e o valor estratégico do regionalismo latino e sul-americano permanecem ainda como capítulos inconclusos e controversos da PEB e da produção intelectual brasileira. Após o esforço de assumir maior protagonismo na promoção de um regionalismo construtivo nos primeiros anos do século XXI, a diplomacia brasileira deixou prevalecer uma retração da agenda regional na política multilateral do Brasil. Em seus primeiros meses de governo, Lula indicou a intenção de recuperar seu lugar na governança regional com sua presença na reunião da CELAC. Logo, foi indicada a volta do país à UNASUR, a retomada de linhas de ação construtivas no MERCOSUL e na Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e um novo impulso à Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Os incentivos regionais e nacionais para promover o fortalecimento destes organismos, entretanto, parece ser escasso e errático, com a exceção dos esforços de coordenação pan-amazônica que coadunam com a agenda de mudança climática. A presença do Brasil nos âmbitos da governança regional se pauta pela prudência e o gradualismo, valorizado mais o canal bilateral e a diplomacia presidencial do que propostas institucionais coletivas. As dificuldades encontradas para avançar nesta direção contrastam com as urgências da agenda sul e latino-americana e certamente são um reflexo da atual crise do regionalismo latino-americano e das diferenças políticas intrarregionais.

A perda de rumo e esvaziamento do projeto de integração regional pode se converter num estímulo para o repensar do regionalismo sul e latino-americano, em particular do lugar do Brasil. A sustentabilidade da paz intrarregional, os atributos da região como reserva de recursos naturais estratégicos e a persistência de seus esforços para inovar as modalidades de funcionamento da governança global podem dar lugar a iniciativas bilaterais e multilaterais construtivas. Estes são temas que merecem um novo esforço de reflexão e conhecimento aprofundado. Na atualidade, o campo de RI no Brasil conta com uma nova geração de estudiosos interessados e conhecedores das realidades dos países da região, cuja produção intelectual poderá se articular positivamente com os segmentos do Estado

que carecem de massa crítica para o desenho e execução de políticas regionais.

Cabe ter presente que o enfraquecimento dos laços intrarregionais latino-americanos não deveria inibir a projeção regional do Brasil. São diversos os exemplos de poderes emergentes que vestem simultaneamente o chapéu de líderes regionais: a África do Sul, a Índia, o Irã e a Turquia são bons exemplos neste sentido. Insistindo sobre esta tecla, torna-se essencial estreitar o diálogo e aprofundar o conhecimento sobre modalidades inovadoras de cooperação e coordenação de outras experiências de inserção coletiva de outros espaços regionais do Sul Global¹³. A comparação entre as experiências pós-coloniais, as sujeições impostas pela guerra fria e os diferentes condicionamentos associados ao neoliberalismo constituem ainda território a merecer pesquisa de envergadura. Na atualidade, o dinamismo econômico da experiência interasiática de coordenação e colaboração entre cadeias de valor produtivas, os avanços da União Africana como ator mediador em processos de paz e seu reconhecimento político em diferentes espaços de governança global e a importância da Liga Árabe indicam que o regionalismo representa um instrumento de inserção para o Sul Global. Linhas de ação bem informadas e capacitadas de políticas externas que tomem em consideração diferenças e semelhanças interregionais serão fundamentais em novas pontes de colaboração birregional que possam projetar-se nos âmbitos da governança global¹⁴.

Vale chamar atenção ainda para a riqueza do espaço sul-americano e a diversidade de suas sub-regiões para a PEB. Sublinha-se o da Comunidade Caribenha, crescentemente articulada com a Amazônia em função de questões geopolíticas e energéticas¹⁵. A identificação da Amazônia Caribenha como uma sub-região brasileira tornou-se um campo de exploração interdisciplinar nas Universidades e organizações sociais dos Estados do Norte no Brasil que pode oferecer valiosos subsídios para as agências governamentais envolvidas no fazer das diplomacias ambiental, fronteiriça e de segurança e defesa.

Por último, a atenção redobrada na América do Sul no Brasil ofuscou o interesse pelo México para analistas e operadores da PEB, o que contribuiu para um notável distanciamento bilateral. Caberia explorar possibilidades de estudos comparados de política externa, de inserção na economia política internacional, na governança global e na geopolítica mundial para identificar caminhos de cooperação e troca com a nação mexicana. Canais de diálogo mexicano-brasileiro também poderão ser concebidos para

estabelecer parâmetros comuns no tratamento da questão migratória e da violência causada pelo crime organizado em espaços da governança interamericana e latino-americana. Entre possibilidades de juntar esforços sugere-se tomar em conta uma cooperação sustentável com o Haiti, acometido por uma prolongada crise institucional e humanitária que deixam claro o baixo rendimento das ações militarizadas.

6. Um leque de especializações

A seguir se pretende identificar um grupo de núcleos temáticos relevantes na atuação internacional do Brasil, tomando em consideração o tipo de especialização diplomática que envolvem e as possibilidades de estudo e seguimento crítico que demandam. Foram selecionados dez núcleos: meio ambiente e mudança climática; desenvolvimento; comércio; energia; ciência e tecnologia; direitos humanos; ação humanitária; saúde global; defesa e segurança; atores subnacionais e fronteira. Em seu conjunto, estes núcleos corresponderiam a segmentos funcionais da comunidade epistêmica da PEB. Observa-se uma inevitável interface entre os 10 núcleos temáticos selecionados, o que introduz riscos de sobreposição e ineficiência que poderão ser reduzidos, mas não de todo evitados. Neste caso, o sentido de complementariedade e mútuo reforço tornam-se essenciais.

Cada tema evoca um tipo de expertise, que ganha maior capacidade de alavancagem na PEB quando articulado com os marcos contextuais abordados nas seções de 1 a 5. Em todos os casos, sublinha-se a importância dos circuitos de contato entre o núcleo das especializações e as suas possibilidades de incidência nos espaços de governança global e no relacionamento do Brasil com o Sul Global. Todos os núcleos temáticos que integram a agenda de especialização da PEB implicam uma intensa colaboração interburocrática no aparelho do Estado no seu fazer, e uma sistemática e fluída articulação interdisciplinar das relações no seu pensar. Ao mesmo tempo, a tradução destes temas em linhas sustentáveis de ação externa depende do seu reconhecimento pela sociedade brasileira como políticas públicas eficazes.

Atualmente, o elenco de especializações diplomáticas apresentados mostra resultados desiguais nas redes de articulação governo-academia. Meio ambiente, comércio, saúde e

defesa e segurança são áreas temáticas já em estado avançado de diálogo e colaboração, enquanto outros, como diplomacia humanitária, energética e de agendas subnacionais ainda estão a merecer maior tecitura e poder de agência.

Meio ambiente e mudança climática

A diplomacia ambiental é um campo de atenção central para a PEB. A agenda ambiental externa, além de reunir um conjunto de compromissos internos e externos constitui um campo propício a iniciativas público-privadas que projetem o Brasil como ator de liderança e inovação, estimulem novas áreas de pesquisa nacionais/internacionais e contribuam para um monitoramento crítico da inserção do país em redes de políticas globais. Para tanto, é essencial acompanhar os parâmetros das posições compartilhadas pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e o Itamaraty para lidar com questões sensíveis da agenda. Destacam-se: o financiamento climático e a utilização do mercado de carbono; a cooperação ambiental Sul-Sul e intraamazônica; a revisão dos compromissos do Brasil de emissões de acordo no marco do acordo de Paris e o tratamento da questão ambiental em diversas agendas bilaterais, especialmente com os Estados Unidos, a União Europeia e alguns de seus membros. Um dos desafios da coordenação interministerial é o de manter um diálogo inclusivo e transparente com os múltiplos grupos e entidades da sociedade civil organizadas que ecoam sistematicamente suas expectativas de incidência decisória. Trata-se, possivelmente, da agenda acadêmica-governamental da PEB que oferece as mais profícuas combinações e articulações entre atores, interesses e urgências.

O envolvimento dos segmentos produtivos, especialmente do setor agrícola, nos processos de negociação nos âmbitos globais nas coalizações internacionais entre empresas, organizações internacionais e centros de pensamento abrem caminho para novas investigações e definição de estratégias governamentais inovadoras.

Desenvolvimento

Historicamente, a defesa do desenvolvimento ocupou um lugar destacado como linha de

fundamentação da PEB, seja por suas bases de sustentação interna, sua projeção no cenário mundial por sua incidência nas controvérsias com as nações industrializadas e na vinculação com os países do Sul, e a América Latina em particular. Atualmente, as mudanças no tratamento internacional do desenvolvimento merecem atenção no fazer e pensar da atuação internacional do Brasil. De um lado, a questão da capacidade industrial adquire nova relevância na economia internacional com resultado de estratégias das economias de alta rendas que conclamam suas cadeias internas como um atributo de poder global entrelaçado com seus recursos de segurança estratégica. De outro, as economias em desenvolvimento, além de enfrentarem novas condições de desigualdade competitiva em termos tecnológicos, de capacidade produtiva e de controle e acesso a mercados, convivem com os riscos de uma inserção econômica externa crescentemente incerta e crescentemente securitizada.

Esta realidade em mutação representa para a PEB um cenário de desafios e oportunidades que se traduz numa profícua agenda de pesquisa e reflexão no campo da economia política internacional. Também se torna essencial conceber este esforço em sintonia com as perspectivas que se abrem para o eixo interno-externo da Nova Política Industrial lançada recentemente pelo governo Lula 3.0.

Neste contexto, também ganha importância refletir sobre estratégias de atuação brasileira junto ao Sul Global, com maior atenção ao tratamento do tema da ação multilateral para o desenvolvimento na defesa de novas fontes de financiamento nos âmbitos mundial e regionais.

Comércio

A diplomacia comercial do Brasil representa um campo consolidado na atuação externa do país. Não obstante, a reflexão sobre novas estratégias de articulação com o sistema de comércio internacional faz-se necessária. Tornou-se visível a colisão entre as revitalizadas concepções protecionistas e o funcionamento de um sistema baseado em regras e normativas previamente consensuadas, tão relevantes para o funcionamento da

Organização Mundial do Comércio. O Brasil deve ajustar-se a um cenário externo de turbulências, especialmente aquelas causadas por tensões geopolíticas e pelas crises decorrentes das mudanças climáticas mundiais. Ao mesmo tempo, não é menor a importância do país como provedor de alimentos para a luta contra a insegurança alimentar global.

A atual abrangência da agenda de comércio internacional exige o domínio de novas ferramentas práticas e conceituais para lidar com um arsenal de novas e renovadas modalidades de barreiras para o acesso a mercados externos. Trata-se de uma tendência generalizada da última década, que deve ser afrontada no relacionamento cotidiano do Brasil com os seus parceiros comerciais, como também nos espaços da governança comercial internacional, com menção à Organização Mundial do Comércio (OMC). Num contexto de inflacionado protecionismo, são crescentes os desafios enfrentados pelos setores produtivos agrícolas e industriais brasileiros voltados para o mercado externo para encontrar pontos de equilíbrio entre condições de competitividade e a defesa de seus interesses no âmbito doméstico.

Ciência e tecnologia

A articulação entre diplomacia e ciência atravessa atualmente um momento de reconfiguração, tanto no que se refere a conteúdos como atores envolvidos. Deve-se ter presente o papel essencial dos âmbitos do conhecimento e desenvolvimento científico, a presença decisiva de corporações, fundações privadas e redes transnacionais para lidar com as novas tecnologias presentes na vida cotidiana. A PEB lida neste caso com os desafios e as oportunidades da internacionalização da atividade científica do país.

O lugar estelar da Inteligência Artificial (IA) neste cenário não deve ofuscar outros celeiros de inovação e transformação, com menção às áreas da produção agrícola e de informação digital. Para a PEB a incorporação de um ramo de expertise voltado para a diplomacia científica é essencial acompanhar estes processos de mutação com vistas ao enriquecimento e diversificação das agendas de cooperação, especialmente no eixo Sul-Sul. Cabe ainda mencionar a conexão entre este núcleo temático e os campos de tecnologia

dual, como a nuclear e a aeroespacial, considerados como de natureza sensível por suas implicações para interesses estratégicos do país.

Energia

A diplomacia energética está atrelada ao papel do Brasil na transição energética mundial acelerada pela agenda da mudança climática. No campo energético, o Brasil é um país produtor de recursos fósseis e, ao mesmo tempo, fortemente dependente de recursos renováveis. Esta condição permite-lhe ter voz e incidência na agenda climática global, especialmente a da relação entre descarbonização e sustentabilidade do desenvolvimento.

Entre os temas relevantes para a PEB, destacam-se os da regulação do hidrogênio verde, dos biocombustíveis e da energia eólica offshore. O fato de que energia e mineração são atividades articuladas na gestão governamental brasileira amplia as possibilidades de colaboração de entrelaçamento como uma expertise diplomática. Novos horizontes de vinculação internacional vêm sendo estimulados pela importância da utilização de um leque de recursos minerais, “os novos estratégicos”, para o desenvolvimento de tecnologias de ponta. O Brasil e vários de seus vizinhos sul-americanos estão no radar de empresas e governos estrangeiros pela abundância de suas reservas destes recursos, o que merece a atenção de futuras agendas de pesquisas com sentido estratégico.

A ligação entre diplomacia energética e mineral e segurança energética pode sugerir um viés securitizado na sua abordagem. A agenda da PEB lida com um vasto elenco de acordos e instrumentos bi e multilaterais, cobrindo temas específicos, como petróleo, bioenergia e recursos energéticos, entre outros¹⁶. O fato de que a maioria dos acordos vigentes já tenham de 10 a 20 anos de vigência torna necessário um novo impulso de negociações internacionais, tanto em consonância com as urgências da transição energética global e as novas possibilidades de interdependência energética no espaço sul-americano. Neste caso, ganha crescente importância a atuação do país nas agendas de financiamento dos Bancos de Desenvolvimento internacionais.

Direitos humanos

O governo de Lula 3.0 deu novo impulso à diplomacia dos direitos humanos. Entre os temas de destaque deste núcleo sublinham-se: a atuação brasileira nos espaços da governança global e regional (especialmente na Comissão de Direitos Humanos da ONU e na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA), e a visibilidade externa à representação e voz política dos povos indígenas e das minorias sociais. Este constitui um campo de pesquisa que lida com atores e interesses engajados no processo de aprofundamento da democracia brasileira. De um lado, trata-se de uma agenda que aborda o processo de democratização desde os anos oitenta do século passado, envolvendo questões de memória e justiça transicional. Existem ainda caminhos a serem percorridos de estudos comparados, com ênfase nas experiências de outros países latino-americanos, sejam do Cone Sul ou de outras sub-regiões. Ao mesmo tempo, pesquisas nesta temática deverão levar em conta o caráter global assumido pelas vítimas da violência política especialmente relacionadas ao ativismo político em temas ambientais, de defesa dos povos originários e das minorias sociais. O estudo da narrativa do Brasil nestes temas poderá apontar para os níveis de convergência ou diferenciação entre atores e organismos governamentais e as posições manifestadas desde a sociedade civil. É imperioso aprofundar o diálogo entre governo e academia sobre o que significa dar voz a de dar lugar e voz na PEB aos movimentos, organizações e grupos sociais, de gênero e diversidade étnico-racial.

Ação Humanitária

Desde o início século XXI, a ação humanitária brasileira configurou-se como um campo de atuação articulado à internacionalização de políticas sociais implementadas pelo Estado brasileiro. Foram especialmente expressivas as ações externas desenvolvidas por programas de ação humanitária no campo da segurança alimentar. ¹⁷ Após um período de retração, causado pelo esvaziamento de agendas externas comprometidas socialmente, o Brasil retomou seu lugar como parceiro solidário junto a seus pares do Sul Global. É ainda incipiente o campo de pesquisa e reflexão crítica sobre PEB e ação humanitária. Uma extensa produção de textos se concentra na presença brasileira no Haiti com o foco na articulação entre política externa e política de defesa.

Na atualidade, a diplomacia humanitária ganhou sentido de urgência no contexto mundial, seja em função de um novo cenário de desastres naturais vinculados às mudanças climática ou da escalada de conflitos e guerras que afetam dramaticamente a vida cotidiana de populações civis em diferentes partes do planeta. Neste caso, a eficácia das ações internacionais depende de estreita articulação de governos com as organizações não governamentais e as agências multilaterais, especialmente do sistema ONU. Ações de ajuda demandam um conhecimento aprofundado e sistemático sobre o sistema internacional em crises severas e sua articulação com o direito humanitário internacional. Será proveitoso traçar linhas de investigação comparada em ação humanitária, tomando em consideração trajetórias globais consolidadas, como da Turquia, no Sul, e da Noruega, no Norte. A aspiração do Brasil de projetar-se como um poder ambiental global é um incentivo para ampliar sua presença em situações de desastre e para estimular sua capacidade normativa em ações de prevenção e resiliência.

Menciona-se também o potencial de ação diplomática e produção de estudos relacionados ao tema migratório, seja nos âmbitos global ou regional. A presença de refugiados venezuelanos e haitianos no país colocam-no como um receptor relevante numa região crescentemente exposta aos avatares da migração forçada global. Já vem sendo explorado em estudos interdisciplinares o impacto da Operação Acolhida para lidar com o fluxo migratório na fronteira do Estado de Roraima com a Venezuela. Esta foi uma iniciativa, lançada nos anos do governo Temer, que seguiu mais os critérios de uma ação de securitização do que de uma resposta humanitária propriamente. As implicações de tal desvio poderão ser analisadas em estudos sobre humanitarismo armado no país. Sugere-se, ainda, uma agenda de pesquisa comparativa, analisando o papel do Brasil na América do Sul e do México no Norte Latino-americano nos fluxos migratórios regionais, o que poderá contribuir para estreitar a articulação brasileira com os debates políticos e humanitários mundiais sobre a questão do deslocamento forçado.

Saúde Global

Desde o início do século XXI, o Brasil mostrou-se um país atuante na diplomacia da saúde, com presença em âmbitos regionais e globais somada a potentes ações de cooperação sul-sul¹⁸. Até 2016, o envolvimento brasileiro na Organização Mundial da Saúde (OMS) e na

Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) foi um reflexo das transformações do sistema sanitário nacional, especialmente o Sistema Único de Saúde (SUS). Durante os anos do governo Bolsonaro, a militarização da gestão da saúde pública nacional afetou a colaboração do país com o sistema sanitário global e limitou a utilização do capital acumulado pela diplomacia da saúde do Brasil. Graças a um acelerado esforço do atual governo, vêm-se reconstruindo os laços de confiança globais e regionais da diplomacia da saúde. Este empenho tem dado ênfase a questões de igualdade de gênero, acesso a direitos reprodutivos e à proteção a grupos socialmente marginalizados. O eixo MRE-Ministério da Saúde e FIOCRUZ conta com um tecido de programas de pesquisa e iniciativas conduzido por uma robusta comunidade epistêmica de diplomacia da saúde, alavancado na malha universitária brasileira. Tornar-se-á crucial apoiar as linhas de trabalho que esta rede vem construindo, garantir sua sustentabilidade e ampliar sua projeção junto ao Sul global/regional.

Defesa e Segurança Internacional

Tem-se mantido ativo e sistemático o diálogo entre os âmbitos da formulação de políticas e reflexão acadêmica atinentes à defesa nacional, inteligência e segurança internacional e PEB. Esta fluidez tem seus reflexos no meio acadêmico, no qual se observa uma volumosa produção e disseminação de conhecimento em temas de interesse compartilhados, proposições conceituais e práticas.¹⁹

As aspirações de maior reconhecimento do Brasil nos espaços de governança internacional com expressão na agenda geopolítica global, em particular o Conselho de Segurança da ONU, impõe uma contínua expansão de capacidades e inovação deste núcleo temático na comunidade epistêmica da PEB. Torna-se imprescindível estreitar canais de troca e aprendizagem junto aos centros de poder mundial, identificar sinergias em campos de interesse comuns com parceiros do Sul Global, a começar dos vizinhos latino-americanos e caribenhos. Agendas de pesquisa sobre conflito, mediação de conflito e processos de paz devem ser ampliadas. A expansão de programas de estudos em nível de pós-graduação nos centros militares de formação e capacitação brasileiros, somada a uma nova geração de estudiosos de temas de segurança, favorece este tipo de impulso. Merecem atenção permanente questões como as Operações de Paz, os conflitos localizados, os regimes

mundiais de segurança e os desenvolvimentos de tecnologias sensíveis e duais. Novos esforços de criação de redes de pesquisa entre o Brasil e países do Sul Global, com o foco em questões geopolíticas, poderão acompanhar o processo de ampliação do BRICS. No espaço América Latina e Caribe, sugere-se uma atenção especial aos temas de segurança pública e ação militar, de crime organizado e suas intersecções com a densa problemática de fronteira e território.

Atores subnacionais e fronteira

É ainda limitado o lugar da paradiplomacia na PEB em termos práticos e de reflexão acadêmica. Conhecida muitas vezes como a diplomacia federativa e/ou municipal, esta constitui uma área de estudo transversal, com presença em todos os núcleos temáticos selecionados neste artigo. Seu escopo privilegia a dimensão local, lidando com agendas que inevitavelmente reforçam dinâmicas domésticas em espaços específicos, como os centros urbanos, os âmbitos administrativos municipais e estaduais e as zonas de fronteira. Mencione-se ainda o lugar ocupado pela cooperação internacional descentralizada em temas como os da segurança pública e delito organizado, periferia e exclusão social e da internacionalização das cidades.

Deve-se ter em conta a nova importância dos atores subnacionais nas relações internacionais como reflexo da diversidade de elos entre realidades locais e globais. Para um país com a extensão física e demográfica do Brasil, com um território que integra diversidade e dinamismo econômico, são incomensuráveis as possibilidades de articulações externas que contribuam para projetar os seus interesses e multiplicar as modalidades de sua presença societal e cultural. Agendas de pesquisa que espelhem tal versatilidade serão úteis para apoiar as ações públicas locais.

Breve conclusão

O mapeamento apresentado neste artigo está motivado pela necessidade de identificar novas veredas de pesquisa e indagação pelos estudiosos da política externa brasileira. Parte-se do pressuposto de que o momento internacional inspira desafios para o Brasil em

sua inserção internacional, estimulando novas reflexões e necessidade de produção de conhecimento. A proposta é de que estas veredas conduzam a um projeto de interesses comuns e iniciativas coordenadas entre o Estado e a academia, com vistas ao fortalecimento da comunidade epistêmica da PEB. Para tanto, são abordados brevemente os cinco contextos externos sobre os quais opera esta comunidade e identificados dez núcleos temáticos que nutrem a inserção internacional do país. Esta mesma proposta envolve um processo de longo prazo, baseada numa lógica inclusiva e diversa. Outrossim, uma comunidade epistêmica de PEB deverá passar por renovação, atualização e aperfeiçoamento constantes, operando como um elo de retroalimentação entre a PEB e a sociedade.

Notas

1 Por comunidade epistêmica, entende-se uma rede de especialistas que dão esteio aos tomadores de decisão na definição dos problemas que enfrentam, na identificação de soluções de políticas e na gestão com os seus resultados. Ver Haas, Peter M. (1992).

2 Atualmente atua no Brasil um extenso número de entidades e programas que integram a comunidade epistêmica em PEB. Entre muitos, mencionam-se: o Núcleo de Estudos, Atores e Agendas da Política Externa no IESP; a Associação Brasileira de Relações Internacionais e o Observatório de Política Externa da Universidade Federal do ABC.

3 Fonseca e Uziel (2019).

4 Faria (2012), Hertz (2002), Hirst(1992), Salomón e Pinheiro (2013).

5 Um exemplo atual tem sido o T20, no contexto da presidência Brasileira do G20.

6 A literatura de RI revela notável dissenso sobre as transformações mundiais em curso. O sentido de *dèjà vu* com a Guerra Fria do século XX, a irreversibilidade da crise do liberalismo internacional, o caráter hegemônico do projeto de poder chinês, destacam-se como grandes temas nesta controvérsia. Entre leituras recentes, mencionam-se: Doyle (2023), Ikenberry (2024).

7 Ao longo das últimas décadas, a produção de Maria Regina Soares de Lima foi icônica como esforço sistemático de análise do lugar do Brasil no contexto mundial. Ver Lima (2022).

8 A presidência temporária do G20, que culminará na reunião de novembro de 2024 no Rio de Janeiro, a presidência dos BRICS e a condição de país anfitrião da 30ª Conferência da ONU sobre Mudança Climática, estes dois últimos em 2025, representam os destaques do calendário.

9 Foram convidados a participar do G20 os sócios do Mercosul Paraguai e Uruguai, além de Portugal, por sua relação especial com o Brasil. As reuniões técnicas, ministeriais e setoriais do Grupo previstas durante 2024 terão lugar em 13 cidades-sedes do país, entre elas: Belém, Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Maceió, Manaus, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador, São Luís, São Paulo e Teresina.

10 Menciona-se o papel do T20 associado ao G20 conduzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) vinculado ao ministério do Planejamento e Orçamento, a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), que pertence ao Ministério de Relações Exteriores, e o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI). A este grupo articula-se uma rede de organizações acadêmicas e de pensamento brasileiras.

11 Toma-se como referência a definição de regionalismo como a capacidade regional de criar e sustentar vínculos intrarregionais. Trata-se da somatória de vontade política e interesses comuns para configurar uma ordem regional. Tal capacidade envolve a habilidade de resistir a efeitos externos negativos, a esforços de reduzir a penetração de atores externos, de assegurar resultados sustentáveis em arranjos colaborativos dentro e fora da região e de transformar a região numa incubadora para o sucesso de poderes regionais emergentes.

12 Bethell (2012), Merke e Reynoso (2016), Saraiva e Hernandez(2023).

13 Sobre regionalismo comparado, ver Guahnich (2023).

14 Parra (2022).

15 Mencionam-se as tensões entre Venezuela e Guiana e as importantes reservas de petróleo nesta região.

16 Ver Feitosa e Silva (2022).

17 A presença humanitária regional/global do Brasil adquiriu marco institucional com o Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional (GTI-AHI) criado em 2004. Dois anos depois, este grupo deu lugar à criação da Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária e Combate à Fome.

18 Buss e Leal (2009).

19 Entre as áreas temáticas destacadas pela Associação Brasileira de Estudos da Defesa (ABED) estão: segurança internacional e defesa, e estudos para a paz e transformação de conflito. Ver www.abed.org.

Bibliografia

BETHELL, L. (2012) "Brasil y América Latina". *Prismas*, Buenos Aires.vol.16, n.1, pp.53-78.

BUSS,P. e LEAL,M.C. (2009) "Saúde Global e a diplomacia da Saúde" *Cadernos de Saúde*,25(12), Rio de Janeiro. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csp/a/WFGqYxkS8ST6qMkBzBfd3dp/>

DOYLE, M. (2023) *Cold Peace. Avoiding the New Cold War*, Liveright, NY.

FARIAS, C.A. P.(2012) "O ensino e a pesquisa no campo das relações internacionais do Brasil".

Austral, vol. 1, (2), jul-dez: 99-133

FEITOSA, L.M. e SILVA, H.U Diplomacia e Segurança Energética Brasileira: Cronologia e Características dos Acordos Internacionais. UFPB. E-book. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/book/1059>

FONSECA e UZIEL, E. (2019) "Notas sobre o campo de Relações Internacionais" *Estudios Internacionales*, Santiago. 194: 145-156

FUNAG (2023). *Política Externa Brasileira. História e Historiografia*. Brasília,2023,

GUAHNICH (2023) *A comparative analysis of Regional Institution Engagement and Development Trajectories in South America and Eastern Asia*, Bard digital commons.

Disponível em:

<file:///C:/Users/hirst/Downloads/A%20Comparative%20Analysis%20of%20Regional%20Institution%20Engagement%20and%20Dev.pdf>

HAAS, P. (1992) "Introduction: epistemic communities and international policy coordination"

International Organization. Cambridge, Winter, **46** (1): 1–35.

HERZ, M. (2002). “O crescimento da área de relações internacionais no Brasil”. *Contexto Internacional*, Vol 24, N. 1, pp. 7-40

HIRST, Mônica (1992). “Relações Internacionais no Brasil como área de pesquisa”. In: MICELLI, S. (Org). *Temas e problemas de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo, IDESP.

HIRST, M.(2023) “Brasil e a Ordem Multilateral Global, FES, São Paulo. Disponível em <file:///C:/Users/hirst/Downloads/20776.pdf>

IKENBERRY, G.J. (2024) “Three worlds: the West, East and South and the competition to shape global order”. *International Affairs*. Oxford, 100 (1): 121-138

LIMA M.R.S.(2022) *A Projeção Internacional do Brasil*. APPRIS, Rio de Janeiro

MERKE, F. e REYNOSO(2016) Dimensiones de Política Exterior em América Latina según juicio de expertos. *Estudios Internacionales*, Santiago, vol.48, n.185. disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0719-37692016000300006

PARRA, P.Q.G (2022). Asia, América Latina y el Caribe del diálogo a la cooperación multilateral” Disponível em [file:///C:/Users/hirst/Downloads/Revista+MAP+2023+No.+22-art+3%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/hirst/Downloads/Revista+MAP+2023+No.+22-art+3%20(2).pdf)

SALOMÓN. e PINHEIRO.L (2013). “Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos”, in *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 56 (1).

SARAIVA, M. e HERNANDEZ, L (2023) *Estudos de Política Externa. O Brasil e a América do Sul*. PPGRI, e- book.